

156

Empresas protestam: "Isso nunca deu certo".

Causaram grande perplexidade as novas regras para os preços estabelecidas, na última terça-feira, pelo ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira. O mercado esperava que o realinhamento de preços fosse feito ao sabor do livre comércio, motivo pelo qual as medidas anunciadas pelo ministro, atingindo os preços de quaisquer produtos e serviços, surpreendeu muitos agentes econômicos. O ministro, entendendo que o alinhamento de preços era muito turbulento, resolveu administrá-lo através do Conselho Interministerial de Preços (CIP). O mercado protestou porque, como os preços relativos estão desajustados, muitas empresas foram, de novo, surpreendidas no **contrapé**.

"Estou perplexo", afirmou ontem ao **Jornal da Tarde**, o empresário Alberto Maluf, diretor da Bombril. "Eu já vi esse filme há dois anos com o Dornelles e não resolveu nada", acrescentou ele, lembrando que o ex-ministro da Fazenda, Francisco Dornelles, adotou política de preços semelhante em 1985. O resultado foi o represamento da inflação que, ao se afrouxarem os controles, explodiria nos dois primeiros meses de 1986.

A indignação de Alberto Maluf tem, ainda, outra causa. Líder do mercado de lã de aço e detergente líquido, a Bombril foi novamente surpreendida no **contrapé** pelas novas regras de preços. A outra vez foi há pouco mais de um ano com a edição do Plano Cruzado que congelou os seus preços. Segundo ele, os preços do arame para a fabricação da lã de aço cresceram 104% em abril. Os produtos petroquímicos, que representam 65% dos componentes do detergente líquido, tiveram seus preços elevados em 80% também no mês passado. Mas a lã de aço teve um reajuste de apenas 40% e o detergente de 30%. Por isso, Maluf condena a indexação geral de preços, antevendo que o sistema não funcionará. "Está parecendo um cachorro correndo atrás do rabo. O governo segura com uma mão e dá com a outra."

Outro país

Também o presidente da Semp-Toshiba, expressiva indústria da área eletroeletrônica, Affonso Brandão Hennel, estava ontem indignado. "Saí do Brasil por dez dias e ao retornar ontem encontrei outro país", desabafou ele. Há dez dias, os preços de seu setor, com exceção de fogões, refrigeradores e cinescópios, estavam liberados. As indústrias remaravam os preços e em seguida informavam o CIP.

Agora, eles caíram na nova regra: reajuste a cada 30 dias com base em 80% da inflação oficial do mês anterior. "É um retrocesso. O governo não teve força para agüentar o tranco do alinhamento de preços em liberdade", queixou-se Hennel, para quem os abusos nas remarcações não passavam de um movimento como o da maré. "O governo tinha de esperar a maré baixar, mas a impressão é de que o presidente Sarney foi mal informado e assim cortou abruptamente o processo de realinhamento de preços." Hennel acredita que, como resultado do novo sistema, haverá excesso de consumo porque os salários serão reajustados pela inflação plena.

Sem fiscais

Não é bem assim. Mesmo com o **gatilho** salarial estima-se que o poder aquisitivo tenha caído em torno de 20% nos últimos seis meses. Por esse motivo, Lawrence Pih, presidente do Moinho Pacífico e um peemedebista atuante, concorda apenas num ponto com Hennel. "O ministro, pressionado, adotou regras que não são de alta eficácia", afirmou ele, ressaltando que torce para o sucesso de Bresser Pereira, embora esteja entre os incrédulos. Hoje, não há mais os **fiscais do Sarney**, o CIP e a Sunab estão desestruturados e será muito difícil para o governo equacionar uma política de preços e abastecimento.

Em alguns setores, se as novas regras não levaram à incredulidade, pelo menos causaram dúvidas. A resolução do CIP de terça-feira manteve resolução anterior, editada no dia 2 de abril, também estabelecendo regras para os reajustes de preços. O documento desta semana expressa contudo que a resolução anterior só é válida nos aspectos não conflitantes. Assim, o diretor da Klabin, grande indústria do setor de papel e celulose, Horácio Cherkassky, revelava ontem a sua dúvida: "Se a resolução do mês passado vale só nos aspectos não conflitantes, penso que ela está anulada".

Cherkassky referiu-se ainda a outra dúvida. A da base que orientará os reajustes futuros de preços. Serão os preços atuais ou o sistema introduzido pela resolução do mês passado, que se reportava a abril de 1986? Fora as dúvidas, o empresário apontou ainda o problema do **contrapé** pois, se existem empresas com preços ajustados, também há as que estão defasadas e a variação de 80% da inflação oficial é insuficiente para recompor suas margens de lucros.

Automóveis

Se Cherkassky estava em dúvida, existia ontem um setor que no final da tarde, depois de um dia de muitas análises, chegava a uma certeza. O departamento econômico da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea) acredita que a nova regra não elimina o protocolo da entidade, assinado com o governo no mês passado estabelecendo normas específicas para o reajuste de preços dos veículos. Ou seja, os preços dos automóveis variarão a cada 30 dias, se os custos de produção subirem acima ou igual à média aritmética da inflação dos últimos dois meses - ou a cada 40 dias com base apenas no aumento dos custos de produção.

O protocolo prevê em troca, que o setor vai investir US\$ 1 bilhão até 1989 e exportar US\$ 2 bilhões em veículos no mesmo período. Ou seja, a garantia do reajuste pleno de preços está vinculada à manutenção dos investimentos do setor — o que ontem tanto Cherkassky quanto Hennel apontaram como um grande furo das novas regras do governo. Segundo eles, com os reajustes de preços comprimidos a 80% da inflação os setores atingidos suspenderão seus investimentos.

Vicente Dianozi Filho